

agit

JORNAL DA JUVENTUDE COMUNISTA PORTUGUESA
N.º 106 ABRIL 2013

Hoje, como nunca, a juventude vê o seu futuro hipotecado, o seu país a ser roubado pela política de direita. O ajuste de contas com o 25 de Abril e as suas conquistas agrava-se: desde ataques à Escola de Abril, elitização do Ensino, despedimentos, retirada de direitos, generalização da precaridade, baixos salários, desemprego, até ataques aos mais elementares direitos democráticos. Destroem o país para salvaguardar os lucros de uma minoria, atacam direitos para garantir os privilégios de alguns. Hoje, como nunca, é tempo de lutar, e a juventude luta, resiste e toma partido! Abril transporta consigo os mais avançados valores, que queremos projectar no futuro de Portugal!

ABRIL

ARMA CARREGADA DE FUTURO



Um mês de intensa luta!

Por todo o país, a torrente da luta foi imparável. Saíram à rua os estudantes do Ensino Secundário, do Ensino Superior e os jovens trabalhadores. "Só mais um empurrão e o Governo vai ao chão!"

Para onde vão os cortes?

O Governo anda a esconder o destino dos cortes dos 4 mil milhões que a troika ocupante "sugeriu". Onde o Governo quer cortar, toda a gente sabe. Mas a luta vai pôr os cortes onde eles pertencem: no lixo pág. 02

A narrativa dos quatromilhões

Tudo começou em Outubro de 2012, quando Passos Coelho estimou em pelo menos quatro mil milhões de euros os cortes a aplicar na despesa pública. Isto numa altura em o quadro de previsões do Governo PSD/CDS assentava numa recessão de apenas (!) um ponto percentual em 2013. Mas tudo se alterou no decorrer do sétimo exame da troika estrangeira, incluindo o montante apenso aos cortes.

Agora já não quatro mil milhões, porque com o chumbo do Tribunal Constitucional muda todo o panorama orçamental para 2013. O país segue em suspense (pela dúvida e pelo decreto de Gaspar) sem saber qual vai ser o próximo saque do Governo. A troika (e o resto do país, já agora) espera pela cartografia dos cortes, que tem de ser apresentada o mais rapidamente possível.

Contudo, não é necessário esperar pela comunicação oficial para antecipar onde Passos e Gaspar pretendem cortar. Olhando para as Funções do Estado percebe-se claramente onde os cortes podem ser implementados, a menos que este Governo de direita seja derrubado.

As despesas do Estado com as funções de soberania, sociais e económicas são da ordem dos 54,2 mil milhões de euros em 2013. A este valor é preciso somar ainda o agregado "outras funções", plasmados no orçamento, onde estão classificados os juros da dívida pública a pagar no próximo ano - 7,2 mil milhões de euros - e as amortizações da dívida pública - 116,4 mil milhões de euros. Mas ainda é necessário acrescentar as transferências para outros subsectores e a dotação provisional, uma espécie de provisão para surpresas.

Contas feitas, os recursos financeiros do país em 2013 ascendem aos 183,7 mil milhões de euros, dos quais apenas 54,2 mil milhões de euros são gastos nas funções de soberania, nas funções sociais e económicas. Ou seja, 129,5 mil milhões são para pagar a dívida pública.



Não romper com o memorando e com esta política de agressão aos direitos conquistados com Abril, significa que os cortes serão feitos nas funções sociais e de soberania. E esses sinais têm sido dados, de forma paulatina, pelo Governo.

Passos revelou já a intenção de reduzir os trabalhadores da Função Pública. Se a vontade deste Governo não for impedida pela luta dos trabalhadores, muitos devem passar à mobilidade especial, uma vez que o memorando pressupõe isso mesmo. Os contratos vão ser reduzidos e os salários diminuídos. Haverá ainda despedimentos e rescisões por acordo, uma vez que é intenção do Governo rescindir os contratos de 150 mil trabalhadores da função pública. Nos últimos dois anos, a função pública perdeu 50 mil trabalhadores. Fusões e encerramento de serviços vão ocorrer, com a centralização e despedimentos nas empresas públicas. Saúde, justiça e centros de emprego vão sofrer uma reestruturação. Nas prestações sociais, as pensões, o subsídio de desemprego e de doença e os apoios de solidariedade podem ser reduzidos.

Até à comunicação oficial de tais cortes, o país segue congelado pelo decreto de Gaspar que suspende qualquer gasto público, para além do básico, pondo em risco unidades de saúde e educação.

Perante estes dados e para evitar o desastre que nos bate à porta, é imperativo derrubar este Governo e dizer não às políticas economicistas neo-liberais da direita. É tempo de dizer não aos ataques aos direitos conquistados com Abril. É tempo de expulsar a troika do país, e com ela, expulsar a política de direita que tem sido praticada há 37 anos por PS, PSD e CDS. É com a luta que vamos construir a alternativa: uma política que aposte na produção nacional, na valorização dos salários, na educação, na diversificação de relações económicas do país, na renegociação da dívida nos seus prazos, montantes e juros, uma política que coloque a economia ao serviço, não do grande capital nacional e estrangeiro, mas ao serviço dos trabalhadores, do povo, da juventude e do país, uma política patriótica e de esquerda!

Abril, arma carregada de futuro

Direito ao emprego com direitos. Democratização do acesso à educação, cultura, desporto. Serviço Nacional de Saúde gratuito e de qualidade para todos. Nacionalização dos sectores estratégicos da economia. Reforma agrária. Conquista do salário mínimo. Aumento dos salários e melhoria das condições de vida das pessoas. Fim da submissão do poder político ao poder económico. Garantia dos direitos e liberdades democráticas, de expressão, associação e manifestação. Soberania alimentar. Fim da dependência externa. Política externa de paz e cooperação, contra as ingerências e agressões do imperialismo.

39 anos depois do 25 de Abril, enumerar as suas conquistas (ou apenas algumas delas) não é um exercício de nostalgia. Os avanços na vida do povo, da juventude e do país alcançados com a Revolução de Abril têm, hoje mesmo, uma actualidade extraordinária e irrefutável. O caminho por que PS, PSD e CDS fizeram Portugal e os portugueses andar desde 76, fruto das suas políticas, foi de afastamento dessas conquistas, da sua progressiva delapidação até aos dias de hoje em que muitas delas estão tão longe do quotidiano da juventude portuguesa que, a julgar pelo que nos ensinam na escola, mais parecem apenas memórias distantes condenadas a ficar fechadas em livros poeirentos num canto dum armário esquecido.

Nada de mais errado. O que a situação actual demonstra é justamente o contrário: os níveis record de desemprego, a generalização da precariedade, a proliferação da pobreza (mesmo entre os que têm trabalho), o abandono escolar,

a emigração forçada, numa palavra, a ausência de qualquer perspectiva de felicidade ou realização presente ou futura é prova de que quanto mais a política dos sucessivos dos governos PS/PSD/PP avança mais nos afastamos das conquistas de Abril e, por conseguinte, mais longe estamos de um país desenvolvido, justo e democrático.

Para que se cumpra esse projecto único e tão avançado, que se iniciou em 1974 e que foi interrompido, a luta é o único caminho. Só pela luta será possível derrotar esta política que nos afunda e abrir em Portugal uma nova era, de uma democracia avançada em que as vertentes política, económica, social e cultural se cumpram com o cumprir da própria Constituição da República Portuguesa, num país que seja soberano e livre dos condicionamentos nacionais e internacionais que a classe dominante nos procura impor.

Recuperar os valores de Abril para o futuro de Portugal passa apenas por defender o que é justo para todos e cada um. No caminho

para uma sociedade sem exploração do Homem pelo Homem, o socialismo e comunismo - objectivo supremo do PCP e da JCP -, é essencial a resistência à política de direita, a derrota deste Governo e de todos os que queiram concretizar. Isto foi o que a juventude e o povo portugueses afirmaram ao longo dos últimos meses da forma mais inequívoca possível e que neste AGIT se retrata: nas ruas!

Não é fácil o caminho a que nos propomos, pode até ser por vezes difícil de perspectivá-lo no meio de tanto ataque e tão violenta ofensiva. Mas tal como durante quase cinco décadas o povo português forjou com o seu suor, sangue e resistência o molde de onde sairia o esplendor que foi o 25 de Abril, também hoje, com as nossas lutas diárias, das mais pequenas às maiores, somos já construtores dessa alternativa que livrará o país do abismo e garantirá a todos a emancipação, liberdade e realização que só uma sociedade verdadeiramente democrática pode oferecer.

FICHA TÉCNICA COLECTIVO DO AGIT

Ana Carolina Ambrósio
Filipa Malaquias
Hélder Menor
Inês Balreira
Inês Branco
Luís Almeida

Luís Encarnação
Pedro Carruna
Pedro Dourado
Rita Lopes

PARTICIPAM NESTA EDIÇÃO

Alma Rivera
Ana Carolina Ambrósio
Cátia Lapeiro
Duarte Alves
Francisca Goulart
Filipa Malaquias

Helena Casqueiro
Henrique Laurentino
Inês Balreira
Luís Almeida
Miguel Vieira
Paulo Costa

Raúl Ramires
Rita Rato
Sara Belo
Sérgio Almeida
Tiago Vieira



No passado dia 13 de Março de 2013, os estudantes do Ensino Básico e Secundário voltaram a sair à rua para mostrar a este Governo PSD/CDS-PP que não aceitam a concretização da política de direita, marcada por sucessivos cortes na Educação. São cortes atrás de cortes, que contribuem para a destruição da Educação Pública. Foram milhares os estudantes que, por todo o país, nas ruas e à porta das suas escolas, mostraram o seu descontentamento, exigindo a demissão do Governo e o fim da política de direita!



Torres Novas



Lisboa



Seixal



Barreiro



Évora



Braga

São cada vez mais os ataques à Educação Pública! Nas escolas faltam funcionários, professores, a falta de condições materiais é cada vez maior — projectores estragados, mesas e cadeiras partidas, computadores avariados, salas e pavilhões onde chove, frio nas salas de aula porque os aquecedores não são ligados —, tudo isto fruto do desinvestimento na educação por parte deste governo e das suas políticas de direita.

Tiraram o passe escolar aos estudantes e estes passaram a pagar preços muito altos para se deslocarem para a escola e, como muitos não têm capacidade financeira para o pagar, este é mais um motivo de desistência da escola. As dificuldades financeiras que os estudantes e as suas famílias passam hoje têm levado ao abandono escolar. Os preços dos livros, dos bares e cantinas, dos materiais são cada vez mais altos.

Os estudantes também se manifestaram contra os exames nacionais, que vão passar a abranger 3 anos de matéria. Os estudantes são avaliados durante cerca de

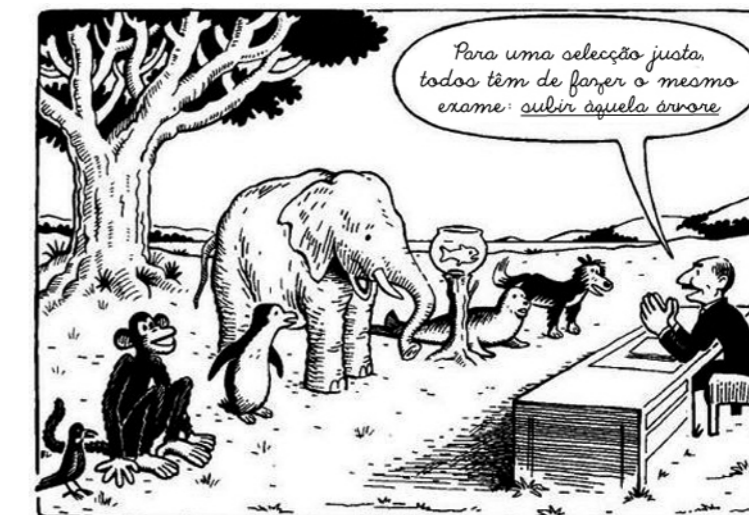
2 horas, em meia dúzia de páginas que determinam a entrada para o Ensino Superior.

A AE da ES Dr. José Afonso (Setúbal) lançou um apelo a todas as Associações de Estudantes do país para que saíssem à rua no dia 13 de Março. Foram mais de 50 as Ass. de Estudantes que subscreveram o apelo e se juntaram à luta, demonstrando que são cada vez mais na luta pela Educação pública, gratuita, de qualidade e para todos.

Vencendo, em muitos casos, pressões da parte das direcções das escolas e das autoridades, os estudantes demonstraram que é pela luta que vamos derrotar estas políticas. Houve acções de luta em Setúbal, Barreiro, Lisboa, Loures, Faro, Chaves, Porto, Évora, Borba, Vale de Cambra, S. João da Madeira, Aveiro, Braga, Coimbra, Sintra, Pombal, Leiria, Covilhã e Torres Novas, onde ficou clara a vontade dos estudantes de derrotar este governo e as políticas de direita. No final das acções de luta prometeram continuar a lutar pela escola a que têm direito.



Setúbal



Os exames são um muro!

Supostamente para evitar “facilitismos” das avaliações nas escolas, para ser mais justa a avaliação de todos os estudantes e igualmente justo o acesso ao ensino Superior, criaram-se os Exames Nacionais!

Supostamente para que os estudantes do ensino privado, por pagarem a sua educação, não “paguem” também as notas de acesso ao ensino Superior, criaram-se os Exames Nacionais!

E, *no entanto*, observando os “rankings” ano para ano, *as escolas melhor classificadas são privadas!* Criaram-se os Exames para igualar a avaliação, mas só quem tem dinheiro para aceder a meios necessários consegue obter os melhores resultados para aceder ao ensino Superior!

As notas dos Exames Nacionais, nunca reflectem realmente o que os estudantes aprendem e estudam durante os três anos do ensino secundário. Em duas horas fica definido o nosso futuro, deitando “para o lixo” 3 anos de trabalho diário. No ano lectivo passado 2011/2012, a média dos resultados dos Exames Nacionais no Secundário foi negativa nas provas mais concorridas. Na disciplina de Português, por exemplo, a média foi a segunda mais baixa de sempre, logo a seguir ao ano lectivo 2010/2011. Nunca os resultados conseguiram estar numa média em que a grande maioria dos estudantes tivesse notas positivas.

O que influencia a nota dos exames e que os sucessivos governos insistem em ignorar:

Os estudantes com menos dinheiro não conseguem aceder aos manuais escolares, manuais de apoio e pagar explicações privadas. Para além disso, aqueles que têm menos dinheiro muitas vezes não têm condições de estudo em casa.

As escolas degradadas, o frio nas salas, turmas sobrelotadas, cantinas privadas e com má qualidade – todos estes elementos influenciam o sucesso escolar. Não temos uma educação de qualidade! E há diferenças entre escolas, mesmo nas públicas.

O aumento do número de exames nacionais, tanto no secundário como no básico, a obrigatoriedade da sua realização na 1ª fase e conteúdos de 3 anos de matéria nos exames finais do 12º ano representam mais um golpe na avaliação contínua e nos direitos dos estudantes;

Assistimos a uma degradação do ensino de qualidade e ao fim da Escola Pública e Gratuita.

O resultado destas políticas de direita, são hoje mais que nunca o mais perigoso ataque aos direitos conquistados no 25 de Abril de 1974. E mesmo esta data se tenta apagar dos manuais escolares

como a Revolução que trouxe a verdadeira Liberdade a Portugal. Todos os conteúdos históricos, políticos, culturais que nos impigem desde sempre nas escolas e que nos obrigam a decorar para despejarmos nos Exames Nacionais, são ideais capitalistas, consumistas e individualistas!

Não nos podem falar de justiça por todos fazerem a mesma prova no final de 3 anos! Olhem escola a escola, vejam as necessidades de cada estudante como indivíduo, nenhum Exame Nacional nos transmite “o princípio de Justiça” tão necessário à nossa sociedade, como nos querem fazer acreditar!

Justiça é todos os estudantes poderem aceder aos mais elevados graus de ensino, sem nenhum obstáculo que os prejudique em relação a outros devido à sua condição social e ao seu poder económico! Sejam estes obstáculos os Exames Nacionais ou Testes intermédios, no ensino Secundário, seja o número de vagas que limita o acesso aos cursos superiores a milhares de estudantes ou sejam ainda as propinas no ensino Superior!

Justiça é, sim, uma avaliação verdadeiramente contínua e uma Educação Pública, Gratuita e de Qualidade, acessível a todos!



Coimbra

Alargar o compromisso pelo direito a estudar!

Hoje o país, os trabalhadores e os estudantes vivem um ataque tremendo às suas vidas e aos seus direitos com a política deste Governo e com o Pacto de Agressão. Devido a isto, é visível o grande descontentamento e revolta mas, apesar da intensa luta travada pela juventude, permanecem e aprofundam-se algumas dificuldades.

No caso do Ensino Superior, não podemos ignorar as várias fontes de pressão sobre os estudantes: para que se conformem, para que não lutem. É impossível não ouvir a urgência de muitos em acabar o curso, porque o dinheiro é contado. Não podemos ignorar os sacrifícios brutais para suportar as propinas que, sendo por si só uma barreira económica contrária a um país que queira desenvolver-se, atingem valores que elitizam de forma brutal a educação.

Não podemos fechar os olhos, à carga horária e de trabalho, às avaliações injustas, aos problemas pedagógicos, à falta de condições materiais e humanas para atingir o sucesso escolar.

Não podemos ignorar a pressão ideológica, que se aprofunda em vários planos. Hoje há quem invista em difundir ideias sobre a meritocracia, o empreendedorismo, o individualismo e a competição, para ignorar o incapacitante (para o país e para os jovens) desemprego, para mascarar a destruição de direitos de que são autores.

Não podemos fazer de conta que não são aos milhares os estudantes que levam merenda porque já não é possível suportar o preço da senha de refeição, sem bolsas, nem passes para os transportes. E as “soluções” do Governo são de quem nada quer resolver: no caso da Acção Social Escolar (ASE), cujo problema é o sub-financiamento, apontam o assistencialismo como resposta.

Por tudo isto (e apesar de tudo isto) organizaram-se muitos estudantes, sensibilizaram-se outros tantos, comprometeram-se mais com a luta. Os estudantes decidem resistir para que não se ergam mais barreiras à frequência no ensino, resistir pela dignidade e pelo direito de estudar e ainda, com os olhos postos no futuro, empenham-se na luta por um país que consagre o direito a estudar num ensino de qualidade, com Acção Social Escolar, gratuito e para todos, profundamente democrático e ao serviço do país e do povo.



Por vários pontos do país, os estudantes protestam:

- *Concentração de estudantes convocada pela Associação de Estudantes (AE), dia 19 de Março na Faculdade de Belas Artes da Universidade do Porto (UP), pelo direito de todos se inscreverem no 2º semestre mesmo tendo propinas em atraso*
- *Concentração de Estudantes da Faculdade de Letras da UP dia 19 de Março por mais ASE e contra os pagamentos pelos emolumentos*
- *Abaixo-assinado dos estudantes da Faculdade de Ciências da UP, por mais e melhores transportes para o Pólo de Vairão e contra o preço e multas na compra da senha da cantina*
- *Petição de estudantes da Universidade do Minho por um ensino superior mais justo, com mais financiamento*
- *Concentração de estudantes frente ao Ministério da Educação, convocada pela*

AEFSCH dia 27 de Fevereiro, pela resolução dos problemas materiais e por mais investimento no ensino superior

· *Concentração de estudantes no ISCTE dia 28 de Fevereiro, pela insuficiência do espaço e serviços da cantina, com a exigência de uma cantina dos ASE para todos*

· *Concentração de estudantes em frente ao Min. da Educação no dia 6 de Março convocada por várias AE's, exigindo mais financiamento e ASE, contra as propinas e os elevados custos de frequência, pelo passe escolar*

· *Concentração à porta da Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra (UC) dia 5 de Março e, Conferência de Imprensa na Faculdade de Direito da UC no dia 7 de Março, por uma época de exames adequada às necessidades dos estudantes e pelo direito à avaliação contínua (posta em causa pela falta de professores)*

· *Concentração no dia 14 de Março nas escadas monumentais da UC, por mais financiamento, por mais ASE, contra as propinas e o processo de Bolonha, por uma avaliação justa*

· *Concentração no dia 20 de Março na cantina do ICBAS, no Porto, pelas condições insuficientes da cantina*

· ***Manifestação de Estudantes do Ensino Superior em Lisboa no dia 21 de Março pelo direito a estudar, contra os elevados custos e propinas, por mais e melhor ASE e por mais financiamento para o ES.***

Todas estas lutas caracterizam a resistência e a vontade de mudar, demonstram o compromisso com a luta que prosseguirá e alargar-se-á. Luta que é essencial à construção de uma alternativa política que respeite o país, a juventude e os seus direitos.

O AGIT vai às residências e os estudantes vão à luta!



Na Faculdade de Belas Artes da Universidade do Porto, a qualidade tem reduzido e a oferta educativa diminuído. A entrada no processo de Bolonha abriu caminho para a destruição do ensino público e de qualidade.

As condições materiais e humanas não correspondem às satisfazem as reais necessidades dos estudantes. Os espaços têm-se degradado, há escassez de materiais, de professores, técnicos e funcionários.

Estes problemas, pela mão deste governo e destas políticas têm-se aprofundado, e para os solucionar temos a luta!

Um exemplo de como a luta organizada tem força é o caso da acção de luta organizada quando os estudantes se tentaram inscrever nas cadeiras do 2º semestre e foram impedidos. Alegavam que quem não tivesse as duas primeiras prestações das propinas pagas (cerca €506) não se poderia inscrever. Esta medida excluiria centenas de estudantes de poderem continuar a estudar.

Os estudantes mobilizaram-se, discutiram as melhores formas de agir e unidos decidiram ter uma acção de protesto em frente à faculdade, uma entrega de assinaturas e um comunicado à comunicação social.

A medida foi retirada, sendo depois permitido aos estudantes que não tivessem pago, inscreverem-se.

Este recuo só aconteceu graças à mobilização estudantil, à luta organizada e é prova de que lutar vale a pena. A intensificação da luta escola a escola, por questões concretas, o alcance de vitórias para os estudantes, são o maior mobilizador para a luta mais geral por um Ensino Superior público, gratuito, de qualidade, democrático e para todos. Se com a luta alcançamos vitórias “pequenas”, podemos ter confiança de que só com a luta alcançaremos vitórias maiores!

A Acção Social Escolar (ASE) é o mecanismo que permite iguais condições de acesso e frequência no Ensino Superior, mas com a política de desinvestimento perpetrada por sucessivos governos e agravada pelo Pacto de Agressão, hoje o Ensino Superior já não é para todos.

Para assegurar condições aos estudantes existem dois tipos de ASE: a directa (bolsas de estudo) e a indirecta (cantinas, residências, lavandaria, serviços médicos, etc).

Mas são muitas as barreiras no acesso à ASE e muitas as insuficiências da mesma. As bolsas chegam com grandes atrasos; são utilizados critérios injustos e que visam atribuir cada vez menos bolsas; o seu valor é cada vez menor.

Nas residências universitárias são visíveis os cortes na Educação, passando os custos para os estudantes, com caucões e preços de quartos que põem em risco o acesso ao alojamento. Na Universidade de Coimbra há quartos a 170€, um preço superior ao de muitos quartos para arrendar.

O número de quartos não é suficiente para a procura e alguns estudantes esperam durante meses para saber se terão alojamento, até durante tempo de aulas. E, se por um lado, existem residências recentes que se encontram com falta de manutenção, as mais antigas estão em estados de degradação que põem em causa o conforto e segurança dos estudantes, algumas já tiveram infestações de ratos e graves infiltrações, etc.

A falta de equipamentos nas residências também condiciona a vida dos estudantes, há casos de apenas uma máquina de lavar roupa ou um fogão para 40 ou 60 pessoas. Faltam outras infra-estruturas, como chuveiros, frigoríficos, etc. Quando estes avariavam parece não haver forma de serem substituídos.

Não podemos permitir estes atropelos à dignidade dos estudantes. A ASE não é caridade ou uma esmola, é um direito constitucional. É urgente uma mudança de políticas, a JCP continuará a denunciar estas situações e lutar com os estudantes. Por tudo isto vamos fazer chegar às residências o AGIT, o jornal da Juventude Comunista Portuguesa, onde levamos, a mais estudantes, soluções e muita luta para construir um ensino e um país melhor.



Ensino Profissional: acesso ao Ensino Superior ainda mais desigual

Já sabemos e sentimos hoje as barreiras que, no geral, existem para qualquer estudante aceder ao Ensino Superior: para além das brutais despesas que acarreta — o que faz com que muitos desistam à partida de tentar ingressar — são as típicas barreiras de acesso: os exames nacionais e os números clausus. É em 2 horas de exame que praticamente se define o ingresso ou não na universidade, deitando fora 3 anos de avaliação, e é também em função de um número de vagas restrita nos cursos. Se em vários pontos de vista podemos dizer que existe desigualdade no acesso aos mais elevados graus de ensino, geralmente ligadas a desigualdades sócio-económicas, os estudantes do

Ensino Profissional ou mesmo do profissionalizante, pela forma como está a ser encarado este tipo de ensino, são ainda mais prejudicados.

Tudo começa pelo pressuposto que parece hoje servir o ensino profissional/profissionalizante: para onde são “naturalmente” encaminhados estudantes que têm a perspectiva de não seguir mais estudos, e portanto, que irão ingressar logo no mercado de trabalho... A formação mais prática que exige um curso de carácter profissional não deveria implicar, como acontece em muitos casos, que simplesmente se abolisse dos currículos áreas importantíssimas para a formação integral do

indivíduo. Ao invés disso, o que é fomentado em muitos destes cursos é um currículo praticamente focado em competências técnicas específicas de determinada área, e, muitas vezes, disciplinas como o Português ou outras, são dadas de forma absolutamente desfasada dos cursos gerais, de uma forma muito mais limitada. Ora, as particularidades deste tipo de ensino, fazem com que um exame nacional para um estudante do profissional/profissionalizante que queira ingressar no Ensino Superior, seja, ainda mais, um factor de exclusão. Podemos estar mesmo a falar de matérias que não são dadas em alguns destes cursos e podem sair nos Exames!

Não aceitamos que os sucessivos governos PS, PSD e CDS continuem a olhar para os estudantes do Profissional como estudantes de segunda, que estão à partida afastados dos mais elevados graus de ensino! Não aceitamos as propinas, seja no Ensino Profissional, seja no Ensino Superior, nem outros custos que tornam os estudantes do Profissional duplamente prejudicados! Mais uma vez, afirmamos a exigência da dignificação do Ensino Profissional e profissionalizante, assim como a criação de condições para que haja igualdade de acesso ao Ensino Superior por parte de todos os estudantes, independentemente do tipo de ensino que frequentam!



ABRIL

ARMA CARREGADA DE FUTURO

NÃO TE CALES! RESISTE, LUTA E DEFENDE OS TEUS DIREITOS!

Os dias de hoje são marcados por um constante ataque aos direitos conquistados pelo povo português com a Revolução de Abril de 1974. Muitos destes direitos encontram-se consagrados na Constituição da República Portuguesa, aprovada em 1976, e que, apesar de sucessivamente revista, para pior, ainda consagra um conjunto de direitos ao povo português que fazem dela, uma das constituições mais progressistas da Europa.

Muitos dos executantes da política de direita nunca viveram bem com o que foi conquistado com a Revolução de Abril e trabalham diariamente para atacar, omitir e reprimir direitos que o povo e a juventude conquistaram, tomando medidas de ataque aos direitos dos trabalhadores e do povo. Os sucessivos governos do PS, PSD e CDS têm criado leis, muitas delas em contradição com a Constituição: exemplo disto é a retirada dos estudantes dos Conselhos Pedagógicos das Escolas Secundárias quando a Constituição reconhece a participação democrática dos estudantes nos órgãos de gestão das escolas. Além das políticas aplicadas pelos Governos, o grande capital utiliza ainda outros métodos para atacar os direitos de Abril. Pelo que é propagandeado diariamente nos órgãos de comunicação social (tv, rádio, jornais, net...), veja-se, por exemplo, o ataque constante ao direito à greve — como recentemente acontece com a luta dos trabalhadores dos transportes, em que comentadores não olham a meios para cuspir veneno, inflamar a opinião pública com o objectivo claro de legitimar a introdução de limitações ainda maiores à organização e à luta dos trabalhadores. Pela actuação ilegal de agentes da autoridade, de patrões, de directores de escolas, entre outros, todos eles com a intenção de demover qualquer contestação, manifestação ou demonstração de descontentamento contra a política que tem sido seguida.

No dia-a-dia, a juventude é confrontada na escola, nas faculdades, no seu local de trabalho, com um constante desrespeito aos seus direitos mais elementares: o direito de associação, de liberdade de expressão, de propaganda política, de informar e ser informado, de participação democrática nos órgãos de gestão, de reunião, de manifestação, de greve.

A melhor forma de defendermos os nossos direitos é exercendo-os, porque "...se o indivíduo não for capaz, por si mesmo, de se manter em permanente vigilância na defesa dos direitos e liberdades fundamentais, se ele não souber conduzir-se como autêntico cidadão, se não reagir dentro dos meios que a própria Constituição lhe deve facultar, se se calar, se cruzar os braços, os seus direitos, as suas liberdades não lhe serão respeitados"¹.

¹ GODINHO, José Magalhães. *Direitos, Liberdades e Garantias Individuais*. Seara Nova.

ARTIGO 37º

LIBERDADE DE EXPRESSÃO E INFORMAÇÃO

1. Todos têm o direito de exprimir e divulgar livremente o seu pensamento pela palavra, pela imagem ou por qualquer outro meio, bem como o direito de informar, de se informar e de ser informados, sem impedimentos nem discriminações.
2. O exercício destes direitos não pode ser impedido ou limitado por qualquer tipo ou forma de censura.

São comuns os impedimentos de distribuições de propaganda política à frente de escolas ou locais de trabalho. Costumam “confundir” a propaganda política com publicidade comercial, o que são duas coisas totalmente diferentes. Inventam-se “leis” que não existem, como a impossibilidade de se distribuir à porta de uma escola ou de só se poder no outro lado da estrada ou do passeio. Tenta impor-se que para se distribuir dentro de um centro comercial ou nos locais de trabalho, se tenha de informar antes. Tenta impedir-se que num documento do colectivo da JCP de uma determinada escola apareça o nome da escola, porque “dá má reputação à mesma”, dizem eles. Persegue-se quem tem uma opinião diferente, pela intimidação. Não se deixam colocar cartazes dentro das instituições sem o carimbo das mesmas.

Outro dos exemplos do impedimento do direito da liberdade de expressão e de informação é o da pintura de murais. Existem vários casos em que pinturas de murais são impedidas por agentes da autoridade, tintas são levadas, camaradas são detidos e acusados sem qualquer tipo de fundamento. Já aconteceram aqui vários abusos da parte das autoridades, actuações ilegítimas que põem em causa os direitos dos cidadãos.

Exercemos este direito, continuando a distribuir, a fazer e a distribuir boletins de colectivo, a pintar murais. Quando te impedem de distribuir à porta de uma escola ou num local de trabalho, estão a impedir que informes os teus colegas e a atacar o direito de liberdade de expressão e de informação. Quando te impedem de divulgar aqueles que são os problemas da escola estão a censurar aquela que é a realidade do teu estabelecimento, a esconder os problemas para que ninguém se revolte, enfim a compactuar com a política de direita que ataca constantemente os nossos direitos. Aqui é preciso ressaltar que quando o colectivo da JCP toma uma determinada posição sobre falta de funcionários ou sobre problemas numa cantina, por exemplo, o que se está a denunciar é o desinvestimento na educação por parte do Governo, e não a atacar a instituição em si nem os seus profissionais. Quando te impedem de pintar um mural num local público devidamente regulamentado na lei, estão a impedir que te exprimas e divulgues livremente o teu pensamento pelo meio da imagem.

ARTIGO 46º
LIBERDADE DE ASSOCIAÇÃO

1. Os cidadãos têm o direito de, livremente e sem dependência de qualquer autorização, constituir associações, desde que estas não se destinem a promover a violência e os respectivos fins não sejam contrários à lei penal.
2. As associações prosseguem livremente os seus fins sem interferência das autoridades públicas e não podem ser dissolvidas pelo Estado ou suspensas as suas actividades senão nos casos previstos na lei e mediante decisão judicial.

O surgimento de leis como o Novo Estatuto do Aluno, ou a nova Lei para o Associativismo mais não vêm que limitar a liberdade de associação. Hoje, há escolas em que são dissolvidas associações de estudantes sem que para tal exista qualquer decisão judicial, ou em que a actividade das mesmas é limitada pelo Director das escolas; as eleições são marcadas e controladas pelos Directores ao invés do processo ser dirigido pelos estudantes; existem escolas que nem associações de estudantes têm, havendo apenas comissões de finalistas, e noutras não é cumprida a exigência legal de haver um espaço na escola atribuído à AE, nem são entregues à AE os apoios financeiros previstos na lei.

Exercemos este direito, defendendo as Associações de serem ilegitimamente dissolvidas, resistindo a que o Director interfira na actividade da associação; lutando para que sejam os estudantes a marcar e a controlar os processos eleitorais; criando Associações de Estudantes onde estas foram extintas ou deixaram de existir.

ARTIGO 45º
DIREITO DE REUNIÃO E DE MANIFESTAÇÃO

1. Os cidadãos têm o direito de se reunir, pacificamente e sem armas, mesmo em lugares abertos ao público, sem necessidade de qualquer autorização.

As Reuniões Gerais de Alunos (RGA's) nas escolas são o exemplo mais claro de ataque ao direito de reunião. Os directores limitam a realização e a marcação de RGA's, existem inclusive muitos estudantes que desconhecem o que é, como funciona e como e quando se pode marcar uma RGA. Dizem que não se pode marcar uma RGA no tempo de aulas, que só podem marcar para uma hora em que ninguém tem aulas e por arrasto ninguém está na escola; que não disponibilizam espaço; que não pode ter uma determinada ordem de trabalhos determinada pelos estudantes; que têm de ter a presença do director ou de um outro professor da escola; que o que os estudantes decidiram não é legítimo, contrariam a exigência legal de relevação de faltas para os estudantes que a AE indique que estiveram presentes na RGA.

Exercemos este direito, marcando RGA's, dirigindo o processo desde da sua marcação até à sua realização, discussão e concretização do que é discutido e votado. Uma reunião de estudantes pode ter lugar em tempo de aulas e as podem ser dadas duas faltas justificadas para participação nestas reuniões. A escola tem de disponibilizar um espaço para a realização da RGA. Os directores não podem participar nas RGA's, porque estas são como o próprio nome indica reuniões de alunos e não de professores. Qualquer decisão que os estudantes tomem numa RGA é legítima e compromete a AE com tal decisão.

ARTIGO 48º
PARTICIPAÇÃO NA VIDA PÚBLICA

1. Todos os cidadãos têm o direito de tomar parte na vida política e na direcção dos assuntos públicos do país.

Limitações à recolha de abaixo-assinados dinamizados pelos estudantes dentro das escolas porque têm um motivo político é outra das situações que costuma ter lugar em alguns estabelecimentos de ensino.

ARTIGO 77º
PARTICIPAÇÃO DEMOCRÁTICA NO ENSINO

1. Os professores e alunos têm o direito de participar na gestão democrática das escolas, nos termos da lei.
2. A lei regula as formas de participação das associações de professores, de alunos, de pais, das comunidades e das instituições de carácter científico na definição da política de ensino.

Hoje acontece quer nos órgãos de gestão democrática das instituições de ensino secundário como nas de ensino superior a participação dos estudantes ser fortemente limitada. No Ensino Secundário os estudantes já foram mesmo retirados dos Conselhos Pedagógicos, o que contraria alguns doutrinadores da política de direita que trataram de desenvolver ao longo do tempo esta política anti-democrática, que diziam que este seria o único órgão onde faria sentido os estudantes participarem. Afinal de contas, os estudantes do Ensino Secundário, que são os principais sujeitos que contactam com os problemas pedagógicos, já não podem ter, uma opinião sobre aquela que deve ser a política pedagógica da escola. Também no Ensino Superior, com o RJIES, os estudantes perderam representatividade nos órgãos de gestão, tendo na prática sido substituídos por representantes dos grandes grupos económicos, com intrínsecos alheios (por vezes contrários) ao do Ensino e dos estudantes.

Exercemos este direito, lutando para que o Estatuto do Aluno no Ensino Secundário seja revogado, para que o Regime das Instituições do Ensino Superior seja revogado. Para que efectivamente os estudantes possam participar nos órgãos de gestão e para que exista efectivamente uma gestão democrática e paritária.



ARTIGO 45º
DIREITO DE REUNIÃO E DE MANIFESTAÇÃO

2. A todos os cidadãos é reconhecido o direito de manifestação.

ARTIGO 57º
DIREITO À GREVE E PROIBIÇÃO DO LOCK OUT

1. É garantido o direito à greve.
2. Compete aos trabalhadores definir o âmbito de interesses a defender através da greve, não podendo a lei limitar esse âmbito.

O direito de manifestação tem sido limitado quando: estudantes ou trabalhadores são impedidos de marcar uma manifestação, de a divulgar ou de a realizar. Quando tendo informado as autoridades competentes, os manifestantes são ainda assim obrigados a ir pelo passeio. Existem limitações ao direito à greve quando por exemplo: os piquetes legalmente identificados são impedidos de realizar o seu trabalho; quando são impostos serviços mínimos ilegais que põe em causa o direito à Greve, quando se coloca a polícia a interferir num conflito laboral, agindo do lado do patronato, desrespeitando a lei e as suas competências, quando se ameaça de despedimento os trabalhadores em greve, ou todos aqueles que se sindicalizem, quando se coloca restrições ilegais ao trabalho de dirigentes e delegados sindicais, quando se permite situações de autêntico lock-out, proibida pela lei.

Exercemos este direito, resistindo a actuações ilegítimas das autoridades que impeçam tanto o direito à greve como o direito de manifestação. Uma manifestação não carece de autorização, mas apenas que seja informada da sua realização. Havendo a informação e havendo um percurso estipulado os manifestantes não podem ser obrigados a ir pelo passeio por exemplo. Os piquetes de greve tem o direito de efectuar o seu trabalho e não podem ser impedidos seja porque meio for, principalmente se for com uso da força e da repressão.

A qualquer actuação ilegítima que viole os teus direitos fundamentais tu podes sempre resistir, o direito de resistência vem consagrado também na Constituição, é como diz aquela palavra de ordem: resistir é já vencer!

ARTIGO 21º
DIREITO DE RESISTÊNCIA

Todos têm o direito de resistir a qualquer ordem que ofenda os seus direitos, liberdades e garantias e de repelir pela força qualquer agressão, quando não seja possível recorrer à autoridade pública.

TORRES NOVAS ES ARTUR GONÇALVES

Nesta escola distribuiu-se um documento da JCP em que se denunciava a falta de funcionários na escola, fruto da política de desinvestimento na educação e de redução de funcionários públicos seguida por este Governo PSD/CDS. Denunciava-se também a falta de qualidade da comida da cantina que tinha sido privatizada.

Após a distribuição, funcionários da escola começaram a identificar ilegalmente os elementos do colectivo da JCP. E, posteriormente, a provocá-los diariamente na escola e a censurar a sua iniciativa, como se o que estivesse ali em causa fosse um ataque à instituição e aos seus profissionais.

No sentido de averiguar esta situação, a encarregada de educação de uma das estudantes decidiu ir à escola. Foi, primeiro, impedida de entrar e, quando finalmente conseguiu falar com o Director, confrontando-o com esta situação, ele apelidou-a de «normal», referindo que ele próprio telefonou aos funcionários da escola para saber quem tinham sido os alunos que tinham feito a distribuição. Referiu também, entre outras coisas: «as pessoas não podem dizer tudo o que querem»; «tudo o que é distribuído dentro da escola tem de ter o meu consentimento» (tratava-se de um documento distribuído à porta da escola); «ainda pensei em chamá-los [os alunos] aqui ao meu gabinete»; «isto aqui não é um restaurante». É necessário deixar claro que o Director da escola não se comprometeu em tomar alguma medida quanto ao que se passou, mais uma vez referindo que «foi uma situação normal».

SINTRA ES SANTA MARIA

Os estudantes desta escola marcaram uma concentração à porta da escola, exigindo mais condições materiais para a mesma. Na hora da concentração, apareceu a GNR que foi falar com os responsáveis, aos quais disse que se fizessem alguma coisa à porta da escola iam todos presos. Um tempo depois, os estudantes juntaram-se todos à porta da escola e pintaram uma faixa a dizer "Não há GNR que nos reprima", resistindo desta forma a uma actuação ilegal da GNR, que tinha como objectivo reprimir este protesto.

SETÚBAL ES SEBASTIÃO DA GAMA

Nesta escola os estudantes recolheram assinaturas para a marcação de uma RGA, porque a AE não a queria marcar. Quando as assinaturas estavam todas recolhidas, os estudantes foram entregar os abaixo assinados à AE e à Direcção da escola, afirmando esta última que aqueles abaixo-assinados eram ilegais porque não tinham lá o nome da AE. Acabou mesmo por não haver RGA, porque foi impedida a marcação de sala para a mesma.

OS VALORES DE ABRIL NO FUTURO DE PORTUGAL

Os direitos aqui referidos, que estão ainda consagrados e são de todos nós, são fruto de um extraordinário processo de resistência e luta do povo português. Não se tenha dúvida que esta foi a questão essencial, não só para pôr fim ao negro fascismo, mas também para construir as conquistas que advêm da Revolução. No período revolucionário, sentia-se no país que o povo era parte decisiva nas decisões políticas.

É inegável afirmarmos que o Partido Comunista Português teve um papel fulcral em todo este processo, papel este que continua a assumir toda a importância na situação atual. O PCP foi o único Partido que resistiu ao fascismo e contribuiu, em condições de extrema dureza — clandestinidade, sujeição a prisões, mortes e torturas — para a consciencialização, organização e luta dos trabalhadores e do povo contra o regime. O PCP foi o partido que apontou durante o regime fascista as linhas essenciais do caminho para derrotá-lo, e as orientações para uma nova política que correspondesse às aspirações do povo português, ao mesmo tempo que assumisse o desenvolvimento do país a vários níveis. Foi o PCP que no período revolucionário contribuiu, nas ruas, junto das massas populares e nos Governos Provisórios e intervenção institucional, para que se efectivassem as mais belas conquistas, como a educação massificada, os direitos laborais, o fim dos monopólios, a Reforma Agrária, a nacionalização de sectores estratégicos, a promoção da cultura e do associativismo, a liberdade de expressão, de greve e manifestação... Foi o PCP o partido que no avanço da contra-revolução, e até aos dias de hoje, num panorama em que Governos PS, PSD e CDS efectuaram políticas de retrocesso cada vez maior nas conquistas de Abril, continua a bater-se incansavelmente pela salvaguarda dos direitos do povo português.

E poderíamos falar dos diversos modos como o PCP o faz diariamente: na consciencialização diária que faz, com uma ligação profundíssima às massas populares; nas ruas através da dinamização da luta dos trabalhadores e de diversas camadas da população; a nível institucional, com a sua coerência e propostas na Assembleia da República; ou ao nível da sua intervenção no poder local. Ou podemos aqui enfatizar a base de toda esta acção, fruto da profunda análise e discussão colectiva do PCP: o seu Programa.

O seu título, “Uma democracia avançada, os valores de Abril no futuro de Portugal”, é por si só revelador da importância dada aos direitos consagrados com a Revolução para o projecto de futuro. Mas não na perspectiva saudosista de que está “agarrado” ao passado, mas sim com elementos concretos de análise que confirmam a actualidade dos valores de Abril no panorama nacional. Segundo o Programa, *Revoluções tão profundas não se resumem a um acto revolucionário nem se consomem num curto período. Constituem um processo, mais ou menos desenvolvido e acidentado, que pode conhecer regressões e exige desenvolvimentos inovadores. A Revolução de Abril foi uma revolução inacabada. Apesar das suas aquisições históricas, muitas das suas principais conquistas foram destruídas. Outras, embora enfraquecidas e ameaçadas, continuam presentes na vida nacional. Todas são referências e valores essenciais no presente e no futuro democrático e independente de Portugal.*

E ainda é afirmado:

"A REVOLUÇÃO DE ABRIL SIGNIFICOU UM EXTRAORDINÁRIO PROGRESSO DA SOCIEDADE PORTUGUESA. AS GRANDES E HISTÓRICAS VITÓRIAS DA REVOLUÇÃO DE ABRIL CRIARAM CONDIÇÕES PARA UM DINÂMICO DESENVOLVIMENTO ECONÓMICO, SOCIAL, POLÍTICO E CULTURAL CONFORME COM A SITUAÇÃO, OS INTERESSES, AS NECESSIDADES E AS ASPIRAÇÕES DO POVO PORTUGUÊS E DE PORTUGAL."

O Programa do PCP indica como etapa fundamental da construção do Socialismo em Portugal, a construção de uma Democracia Avançada, que tem como quatro vertentes a Democracia Política, Económica, Social e Cultural e como cinco componentes ou objectivos fundamentais **1. um regime de liberdade no qual o povo decida do seu destino e um Estado democrático, representativo e participado, um desenvolvimento económico assente numa economia mista, dinâmica, liberta do domínio dos monopólios, ao serviço do povo e do País, 2. uma política social que garanta a melhoria das condições de vida dos trabalhadores e do povo, 3. uma política cultural que assegure o acesso generalizado à livre criação e fruição culturais, 4. uma pátria independente e soberana com uma política de paz, amizade e cooperação com todos os povos.** Este Programa para uma Democracia Avançada é inspirado nos valores de Abril, projectando esses valores no futuro de Portugal.

E a prova desta correspondência entre os valores de Abril e a aspiração do povo português, são as diversas propostas do PCP apresentadas no programa, que correspondem em muito aos valores da Revolução. Nada melhor que um excerto que exemplifica como tal é verdade no que diz respeito aos jovens. Para não deixar dúvidas:

O direito dos jovens à realização pessoal e profissional e a uma activa participação na sociedade tem como elemento fundamental a afectiva garantia dos seus direitos económicos, sociais e culturais. O direito dos jovens será assegurado:

- pelo cumprimento da escolaridade obrigatória e gratuita e pela igualdade de oportunidades de acesso aos diferentes níveis de ensino e ao sucesso escolar;
- pelo acesso ao emprego a à formação e promoção profissionais e o apoio ao prosseguimento e conclusão dos estudos quando já em actividade profissional;
- pela remuneração do seu trabalho garantindo-se o princípio «a trabalho igual salário igual»;
- pela criação de condições indispensáveis à obtenção de habitação e à constituição de família quando o desejarem;
- pela criação de condições que tornem acessível a fruição e a criação cultural, a prática desportiva e uma sã ocupação dos tempos livres;
- pelo apoio ao desenvolvimento do movimento juvenil, no respeito pela sua identidade e características próprias; (...)

Para todos aqueles que desejem conhecer o PCP, os seus ideais, projecto e acção, o que move os comunistas e o que nós propomos para o país, sem preconceitos nem influências dos meios de comunicação social dominante, é fundamental conhecer o Programa do PCP. Ler o Programa do PCP é estar mais esclarecido e mais apto para a luta pela alternativa patriótica e de esquerda, por uma Democracia Avançada, em que os valores de Abril se inscrevam no futuro de Portugal, rumo ao socialismo e ao comunismo. ★



A juventude está de pé!

Foram muitos os jovens trabalhadores que, respondendo ao apelo da Interjovem/CGTP-IN, saíram à rua no passado dia 27 de Março, como forma de assinalar o Dia Nacional da Juventude e expressar as razões da nossa luta de todos os dias – o trabalho com direitos, o direito a uma vida feliz, a um país desenvolvido, o direito e o dever de estarmos na acção de todos os trabalhadores pelo fim da exploração que este governo, pondo em prática a política dos patrões, nos está a impôr.

Comemorámos assim o Dia Nacional da Juventude, que se assinala no dia 28 de Março, porque sabemos que hoje, tal como no passado, temos todas as razões e vários exemplos para saber que a luta vale a pena.

Sob o lema “Queremos Trabalho, Exigimos Direitos”, os jovens trabalhadores estiveram na rua para os pôr na rua, para exigir o fim desta política e a demissão deste governo e de todos os têm sido protagonistas do rumo de desastre para o país.

Vieram de vários pontos do país, vencendo resistências e dificuldades e trazendo consigo a luta que travam nas suas empresas e locais de trabalho, como fizeram os trabalhadores da SEKURIT, denunciando a destruição dos seus direitos, ou os jovens enfermeiros, organizados na faixa do seu sindicato.

O papel dos jovens comunistas, em todo o processo de mobilização, organização e participação no dia 27 de Março foi

decisivo para que se afirmassem os valores de Abril, do direito ao trabalho estável, digno e com direitos.

E assim se colocaram na rua as denúncias dos atropelos à lei por parte das empresas, a indignação e a proposta alternativa em relação às políticas destrutivas deste pacto de agressão, do PS-PSD-CDS / UE-FMI-BCE, que mais não faz do que destruir o tecido produtivo, aumentando o desemprego, promovendo a precariedade dos vínculos laborais, reduzindo os custos do trabalho e conduzindo o nosso futuro à total subserviência aos grandes grupos económicos. Desvalorizar o trabalho, para assim beneficiar o capital — é esta a quimera do Governo PSD/CDS!

Mas os jovens trabalhadores não aceitam continuar a ser vítimas do sistema capitalista, dizem NÃO a esta política e assumem a voz da mudança e da proposta.

E, também por isso, reforçaram e animaram os diversos espaços da juventude da Marcha Contra o Empobrecimento, marcada pela CGTP-IN, que teve início no dia 6 de Abril, passou por várias cidades do país e culminou no dia 13 em Lisboa, em nova jornada de luta, na qual a alternativa a este rumo de miséria e de pobreza esteve mais uma vez na rua!

Esteve e estará, nas empresas e locais de trabalho, todos os dias por melhores salários e melhores condições de trabalho.

Esteve e estará presente no próximo 25 de Abril, onde todos não seremos demais para encher as ruas e praças deste país, reafirmando os valores de Abril, a Constituição da República que com ele conquistámos e a democracia. Este Abril tão ferido e alvo de constantes ataques por parte dos partidos da política de direita, mas sempre defendido pelo povo e pelos trabalhadores.

Também o 1º de Maio, Dia Internacional dos Trabalhadores, data histórica da luta dos trabalhadores e da classe operária, data que ao longo dos anos se tem transformado na mais alta bandeira da luta contra a exploração capitalista, deverá assumir este ano grandes acções de rua, com forte presença da juventude, como resposta a todos os que o põem em causa, na retirada de direitos.

Será mais uma forte afirmação dos trabalhadores no combate a esta política e este governo, contra a o bloqueio da negociação da contratação colectiva, contra a desregulamentação dos horários, pelo aumento do salário, pelo direito ao gozo de férias de feriados, contra o desemprego e a precariedade.

Uma afirmação da exigência de uma mudança de políticas, pelo progresso e desenvolvimento, pelo direito a uma vida feliz, livre de exploração, da miséria e da pobreza.

A luta continua!

O 18º Festival Mundial da Juventude e dos Estudantes está aí!

Todos ao Equador!

Realizou-se nos passados dias 26 e 27 de Março a primeira reunião internacional preparatória do 18º Festival Mundial da Juventude e dos Estudantes (FMJE). A reunião, que aconteceu na cidade de Pretória – África do Sul (país que recebeu a última edição do festival, em 2010) – decidiu o lançamento da 18ª edição deste Festival, que ocorrerá de 7 a 13 de Dezembro de 2013 no Equador sob o lema “A Juventude unida contra o Imperialismo, por um mundo de paz, solidariedade e transformação social”.

O FMJE tem sido, ao longo das suas 17 edições, desde 1947, o maior acontecimento mundial de encontro da juventude na sua luta contra o Imperialismo. Nas passadas edições, foram dezenas de milhares os jovens que, oriundos de mais de 100 países em todos os continentes, demonstraram que a juventude não aceita o Imperialismo e as suas expressões que afectam os jovens e os povos do mundo — a guerra, a ocupação, as ingerências e ataques à soberania dos países, os ataques aos direitos dos trabalhadores, o desemprego, a precariedade e a exploração, a elitização da Educação e a sua privatização, as barreiras no acesso à cultura, ao desporto, à habitação, a falta de condições de vida dignas para a juventude e para os povos.

É contra o Imperialismo que se posiciona de novo este Festival, que ocorre numa região do globo em que diversos países estão a realizar importantes processos

emancipatórios de libertação nacional e progresso social, pondo em causa o domínio hegemónico do Imperialismo. No Equador, bem como noutros países latino-americanos, os trabalhadores, o povo e a juventude estão a tomar nas suas mãos os destinos das suas vidas, a realizar políticas progressistas e de carácter anti-imperialista. Este Festival será também uma oportunidade para trocar experiências entre realidades muito diferentes dos vários países, onde poderemos aprender nomeadamente com as importantes transformações sociais em curso no Equador e na América Latina, sendo ainda uma demonstração internacional de solidariedade para com esses processos.

Num momento em que o Imperialismo manifesta as suas piores características, atacando os direitos da Juventude e promovendo a guerra em novas escalas, num momento em que procuram agravar o retrocesso social por todo o mundo, é de particular importância a troca de experiências, a discussão, a solidariedade e a unidade anti-imperialista, para aprofundar em cada país a luta pelos direitos da juventude.

Em Portugal, assim como em todos os países, será formado um Comité Nacional Preparatório do FMJE, composto pelas mais variadas expressões do movimento juvenil português – desde Associações de Estudantes, associações recreativas, culturais, juvenis, grupos informais de jovens, estruturas sindicais juvenis, grupos desportivos etc... —



que procurará levar o Festival e os seus valores à juventude portuguesa, articulando-os com as especificidades nacionais, aprofundando a luta pelos direitos da juventude e pelos valores de Abril. O CNP irá também organizar uma delegação portuguesa ao Festival, com o objectivo de levar ao Equador a realidade e a luta da juventude portuguesa e trazer de lá um reforçado ânimo para a luta!

A reunião realizada na África do Sul foi o grande “pontapé de saída” deste Festival. Nela foram aprovados, além do lema e das datas, um Apelo à juventude mundial e os principais traços que caracterizarão o 18º FMJE. Terminou com a sessão de “entrega da bandeira”, em que o país que recebeu o último FMJE (neste caso, a África do Sul) entrega a “bandeira” do Festival ao próximo país acolhedor. Nesta reunião e na cerimónia que lhe seguiu, ficou patente a confiança de que este Festival será mais uma vez um grande acontecimento que contribuirá para a derrota do Imperialismo.

A Juventude portuguesa está convidada! De 7 a 13 de Dezembro, todos os caminhos da luta da juventude vão dar ao Equador, onde vamos demonstrar com toda a confiança “A Juventude unida contra o Imperialismo, por um mundo de paz, solidariedade e transformação social”!

A luta dos estudantes já obrigou a obras para remoção do amianto!

Em centenas de escolas públicas existe presença de fibrocimento (amianto) nas coberturas, canalizações, tectos. O amianto tem propriedades cancerígenas e coloca em causa a saúde de todos aqueles que estão na escola, sendo mesmo um problema de saúde pública. O anterior Governo PS e o atual Governo PSD/CDS têm violado a lei que obrigava à elaboração de uma listagem de todos os edifícios públicos com presença de amianto para posterior remoção.



Através de mais de 30 perguntas ao Ministério da Educação, o PCP denunciou na Assembleia da República situações de escolas com amianto, exigindo o cumprimento da lei e a realização de obras.

É por isto que, também na Assembleia da República, os partidos não são todos iguais: o grupo parlamentar do PCP está próximo da juventude e das suas reivindicações, fazendo chegar à AR os problemas sentidos em muitas escolas e locais de trabalho e também a luta que se desenvolve pela resolução de problemas tão graves como este do amianto.

Em muitas escolas, como na EB 2/3 de Azeitão (Setúbal) e na Escola Secundária de Amares (Braga), entre outras, os estudantes desenvolveram lutas muito importantes para reivindicar obras. A justiça e força da luta obrigaram o Governo a intervir em 12 escolas nas férias da Páscoa. A luta continuará até que o amianto seja removido de todas as escolas onde exista!



Reforço da Acção Social Escolar no Ensino Superior

No nosso país, a lei que regula a atribuição das bolsas de Acção Social Escolar no Ensino Superior público é muito limitada, garantindo apenas apoio às famílias que vivem com rendimentos próximos ou abaixo do limiar da pobreza.

Com isto, milhares de estudantes são excluídos deste apoio apesar de viverem com condições económicas e sociais muito difíceis, não sendo sequer elegíveis para efeito de atribuição de bolsa.

Só nos últimos 2 anos, mais de 15.600 estudantes perderam a bolsa e 12.000 viram o seu valor reduzido. Milhares de estudantes terão abandonado o ensino superior porque não têm condições económicas para comportar os custos, exorbitantes para a larga maioria das famílias portuguesas.

Por tudo isto, o PCP reapresentou o Projecto de Lei de Financiamento do Ensino Superior Público, propondo uma nova política de financiamento, o fim das propinas, a valorização da qualidade e das respostas que tenham em conta as especificidades e exigências concretas de cada instituição.

Foi também apresentado um Projecto de Lei de regime transitório de isenção de propinas a estudantes e atribuição de bolsa de estudo, bem como de reforço dos mecanismos de acção social escolar indireta (alimentação, alojamento e transporte).

A luta dos estudantes por um Ensino Superior público, gratuito, de qualidade, democrático e para todos continua! Os estudantes sabem que podem contar com o apoio da JCP e do PCP na sua justa luta.

Agenda mediática contra as greves

(...) se o prejuízo que causam ao país é tão grande como querem fazer crer, “esquecem-se” que esse custo é a exacta medida do valor do trabalho daqueles a quem roubam salários e direitos.

Os trabalhadores portugueses têm sido vítimas dos ataques mais violentos por parte dos governos PSD, CDS e PS ao serviço dos interesses do grande capital interno e externo. São roubos sucessivos nos salários, a liquidação de direitos e conquistas históricas, a privatização e degradação de serviços públicos essenciais, a perseguição e repressão sobre aqueles que lutam contra estas políticas, a generalização do desemprego e da precariedade e por aí fora num rol interminável de malfeitorias contra os trabalhadores. Tudo isto vem associado a uma enorme campanha ideológica que visa fazer passar despercebidos os responsáveis e os beneficiários destas políticas, passar a ideia que não há alternativas e muitas vezes confundir os trabalhadores e o povo, virando-os contra os seus próprios interesses.

Tudo isto é evidente mas mais evidente ainda é a pujança da luta dos trabalhadores e do povo portugueses. Em menos de três anos os trabalhadores portugueses organizaram quatro grandiosas greves gerais, fizeram-se muitas e grandes manifestações contra as medidas desastrosas dos governos PS, PSD e CDS e a luta dos trabalhadores reforçou-se em várias empresas, tendo sido vitoriosa em muitos casos e sempre com papel destacado da juventude.

Os governos, os partidos da troika nacional (PS, PSD e CDS), o grande capital e a comunicação social ao seu serviço têm-se esforçado por denegrir e desincentivar todas as acções de luta e resistência dos trabalhadores e, sobretudo, em tentar

confundir e dividir os trabalhadores. Não é nada raro ouvir na televisão e na rádio e ler nos jornais ou na internet as maiores mentiras e falsificações sobre as lutas dos trabalhadores, em especial as greves. Quando os estivadores da maioria dos portos do país fizeram greve às horas extraordinárias, entre o final do ano passado e o princípio deste ano, em luta contra a precarização da sua profissão, assistimos a uma dessas campanhas. Os políticos da troika nacional, precisamente aqueles que sempre implementaram políticas contrárias aos interesses nacionais, que destruíram o aparelho produtivo nacional, que assinaram o Pacto de Agressão e que se submeteram aos interesses do capital internacional vieram então chorar lágrimas de crocodilo sobre os prejuízos para a economia nacional e difundir as mentiras mais grosseiras sobre a greve desses trabalhadores. Espalhando a ideia errada de que estes trabalhadores recebem salários superiores aos que deviam auferir, procuravam assim esconder da opinião pública o real motivo desta greve, que não era os salários, mas sim o novo regime de contractos que o Governo queria implementar, que colocava todos os trabalhadores portuários em vínculos precários, podendo ser despedidos a qualquer momento, uma medida totalmente injusta e inconstitucional.

As greves dos trabalhadores dos transportes urbanos são tradicionalmente das mais atacadas. Aqueles que têm mais responsabilidades no agravamento das condições de vida dos trabalhadores e na



degradação dos serviços de transportes públicos também aparecem hipocritamente preocupados com as perdas económicas e com as dificuldades causadas aos utentes com as greves. Essas “preocupações” não passam de manobras cínicas e oportunistas pois eles estão conscientes da importância dos transportes públicos para a generalidade da população e aproveitam para tentar voltar os trabalhadores de outros sectores contra os dos transportes. É evidente que as greves têm um custo, mas esse custo recai em primeiro lugar sobre os salários dos próprios trabalhadores que perdem esse dia e, além disso, se o prejuízo que causam ao país é tão grande como os inimigos dos trabalhadores querem fazer crer, “esquecem-se” que esse custo é a exacta medida do valor do trabalho daqueles a quem roubam salários e direitos. Por outro lado também é inegável que a greve dos transportes não pode deixar de ser um contratempo para os seus utentes habituais. Mas que dizer do “contratempo” que é o roubo sistemático a que todos os trabalhadores (aqueles que todos os dias andam naqueles comboios, naqueles autocarros, naqueles barcos e os que os fazem andar) têm estado sujeitos, a destruição de direitos e conquistas fundamentais, o comprometimento do futuro do país e que seria a destruição do serviço público de transportes que é também um dos objectivos da política de direita. Além destes exemplos, podíamos lembrar outros — na indústria, no comércio, nos serviços — onde a tónica do ataque contra a luta dos trabalhadores é semelhante, recorrendo aos mesmos

ou a outros argumentos. Estes ataques não estão desligados das medidas de limitação à liberdade sindical, do ataque ao movimento sindical unitário, das ameaças aos trabalhadores sindicalizados e das ilegalidades cometidas contra dirigentes, delegados e activistas sindicais, cuja actividade tem sido reprimida em muitas empresas e mesmo em serviços da Administração Pública.

Nesta linha de ataque ao direito à Greve, tem vindo ao de cima a matriz profundamente reaccionária de grande parte dos políticos e comentadores ligados a PS, PSD e CDS, que a pretexto desses falaciosos argumentos, têm sugerido que se apliquem graves limitações ao direito à greve, como a sua proibição, a requisição civil para evitar as greves, a implementação de serviços mínimos absurdos que limitam o direito à Greve (por exemplo, 50 ou 60% nos transportes), a repressão “musculada” da luta dos trabalhadores, entre outras. Tais propostas devem merecer de todos os democratas a mais profunda rejeição, e devem ser denunciados os propósitos fascizantes dos seus perpetradores.

Apesar destas tentativas desesperadas para nos dividir e desorientar, os trabalhadores não se deixam enganar por estas manobras. A unidade e solidariedade dos trabalhadores portugueses têm sido grandes e serão fundamentais para derrotar o Pacto de Agressão e a política de direita e para construir em Portugal uma alternativa política ao serviço dos interesses do povo, dos trabalhadores e do país.

"Seja responsável"

A Carris e Metro de Lisboa lançaram no início deste ano uma campanha de 'incentivo à validação de do título de transporte e combate à fraude', recorrendo ao lema "Seja responsável".

Este lema, para além de sinistro, é, no essencial, infeliz, se pensarmos que se dirige a uma população cada vez mais empobrecida, que viu, em cerca de três anos, o preço dos transportes públicos aumentar em média 27,3% — em aumentos reais que chegam a atingir os 80, 100, 250, 270% — transformando o nosso sistema de transportes num dos mais caros da Europa.

Para além disto, assistimos a uma degradação dos serviços de transporte público de Lisboa, pela redução da oferta e da qualidade dos transportes. No Metro, a diminuição do número de carruagens e o aumento do intervalo de tempo entre comboios faz com que, nas horas de ponta, estes pareçam latas de sardinha, comprometendo o conforto e até mesmo a segurança dos utentes. Na Carris, a eliminação de carreiras nos últimos anos deixou zonas da cidade mais isoladas e os tempos de espera de alguns autocarros ultrapassam largamente o aceitável, provocando longas filas nas paragens.

E o exemplo dos Transportes de Lisboa multiplica-se por todo o país, nas várias empresas transportadoras e nas diversas modalidades de transporte colectivo, afectando todos aqueles que utilizam estes meios, que, como sabemos, são indispensáveis no quotidiano dos seus utentes, em particular jovens, nas suas deslocações para a escola, para o trabalho e outras.

Ao aumento dos preços e deterioração dos serviços, junta-se ainda a redução dos apoios sociais à utilização dos transportes públicos, nomeadamente o fim do passe 4_18 e sub-23 decretado pelo actual governo PSD/CDS e que é mais um acréscimo na factura dos já tão elevados custos de frequência do ensino e mais um ataque ao nosso direito à educação.

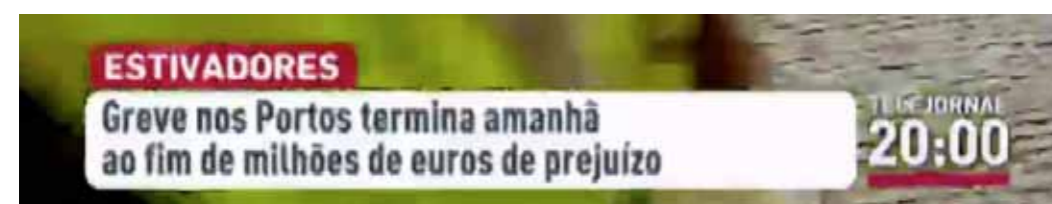
E eis se não quando os srs. da Carris / Metro nos vêm, do alto da sua campanha, falar de responsabilidade.

Irresponsável é a política de direita que faz com que a mobilidade seja, cada vez mais, um privilégio acessível apenas a quem o pode pagar e não um direito de todos.

Irresponsável é este governo PSD/CDS, que insiste em condenar as populações à miséria. E o que combateria verdadeiramente a fraude seria a factura dos transportes não representar no orçamento familiar aquilo que hoje representa, enquadrada num contexto de aumento do preço de todos os bens e serviços essenciais, aumento dos impostos, baixos salários, generalização da precariedade, elevada taxa de desemprego e todas as dificuldades que os portugueses enfrentam.

Ser responsável não é 'comer e calar', como nos propõe esta campanha. Ser responsável é estar na luta contra estas políticas, pelo direito à mobilidade, mas também à educação, ao trabalho, à saúde, à cultura, ao desporto, a uma vida digna para todos.

Não validamos esta política! Não vamos ficar parados!



o sonho tem PARTIDO

★
CENTENÁRIO ÁLVARO CUNHAL



O Resistente Anti-Fascista e o Construtor da Democracia

A adesão de Álvaro Cunhal ao ideal e ao projecto comunistas foi também a tomada de uma opção de vida, concretizada com a entrega total ao Partido Comunista Português, de cuja construção colectiva ele foi o mais destacado obreiro.

Essa entrega ficou bem vincada nos seus primeiros anos de militância, sendo que a partir de 1935 passou a integrar o quadro de militantes clandestinos. Preso pela primeira vez em 1939, volta a cair nas garras da polícia fascista em 1940. Brutalmente torturado, sempre se recusou a prestar quaisquer declarações, mantendo a postura que o militante comunista deveria ter nessas situações e que foi por ele descrita no texto “Se fores preso camarada”, onde escrevia: “Se fores preso, camarada (...) terás de continuar defendendo o teu partido, os teus camaradas, o teu ideal, mas em condições muito diferentes, pois que te encontrarás isolado nas mãos do inimigo, sujeito aos seus insultos e às suas violências (...) encontrar-te-ás em circunstâncias tão duras como nunca talvez tenhas atravessado”. Libertado, Álvaro participa activamente na reorganização do PCP de 1940/41, período durante o qual dá uma contribuição decisiva para que o PCP se construa como um “partido leninista definido com a experiência própria”, característica que fará dele o grande partido nacional e dirigente da luta antifascista e que faz hoje parte da identidade do PCP, contribuindo para que seja o grande partido da luta contra a política de direita e por uma alternativa patriótica e de esquerda.

Álvaro Cunhal passa toda a década de 50 nas prisões fascistas. Levado a julgamento em Maio de 1950, fez no Tribunal fascista uma contundente defesa da política do Partido e acusação à ditadura fascista, passando de réu a acusador: “Vamos ser julgados e certamente condenados (...) mas o nosso povo pensa que, se alguém deve ser julgado por tais crimes, então que se sentem os fascistas no banco dos réus, então que se sentem no banco dos réus os actuais governantes da nação e o seu chefe, Salazar”. Condenado, permaneceu 11 anos seguidos nas cadeias fascistas, dos quais cerca de 8 anos em completo isolamento (segundo Álvaro o que o salvou foi o trabalho, sendo que se dedica à produção literária, artística e teórica que em próximas edições abordaremos). Em 1954, dá-se uma campanha internacional pela libertação de Álvaro Cunhal que é subscrita por Pablo Neruda, Jorge Amado e outros intelectuais progressistas de todo o mundo. Em 1956, é transferido da Penitenciária de Lisboa para a prisão-fortaleza de Peniche, da qual se evadiu em 3 de Janeiro de 1960 com um grupo de 9 outros destacados militantes, numa das mais impressionantes fugas das prisões fascistas, que se revelou importante não só para o reforço do PCP como para o reforço da luta anti-fascista, uma vez que tal fuga representou um duro golpe na ditadura de Salazar.

O período desde o início dos anos 60 até à Revolução de Abril de 1974 é extraordinariamente intenso. Integrou novamente o Secretariado do Comité Central, sendo depois eleito Secretário-geral do PCP em Março de 1961. Interverio decididamente para a correcção do desvio de direita e na concepção de uma linha unitária, organizada e conseqüente no movimento anti-fascista português. Como dirigente destacado do PCP, esteve na base da organização e preparação de importantes lutas, como as dos estudantes do ensino superior de 1962 e 1969, a luta pelas 8 horas de trabalho de 1962, as lutas de 1972 e 1973, entre outras. Com a obra “Rumo à vitória”, que serviu de base ao programa do partido aprovado no VI Congresso de 1965, deu uma contribuição decisiva na análise da situação nacional, na caracterização

do regime fascista, no traçar da orientação, na definição das tarefas e na direcção da acção política do Partido. Nessa obra é dito que a via para o derrubamento do fascismo seria uma Revolução Democrática e Nacional, processo que passaria por uma política de alianças sociais e pela lógica da unidade antifascista, que criaria condições para um levantamento popular que derrubaria o fascismo e o poder dos monopólios.

Em 1961, afirmou à Rádio Portugal Livre, o seguinte: “Chegará o dia em que a forças armadas deixarão de ser um eficiente apoio de Salazar e se tornarão, em parte considerável, uma arma da revolução democrática e nacional”. Esta não foi uma premonição, mas uma certeza assente na profunda ligação do Programa do PCP com a realidade nacional, que se consumou a 25 de Abril de 1974. Depois de quase quarenta anos de luta na clandestinidade ou na prisão, Álvaro pôde desenvolver a acção política nas condições de liberdade que a Revolução proporcionou. Foi Ministro “Sem Pasta” nos primeiros quatro Governos Provisórios. É eleito deputado à Assembleia Constituinte em 1975 e à Assembleia da República nas eleições realizadas entre 1975 e 1987. O seu contributo no âmbito do colectivo do seu Partido foi um dos factores que permitiram o alcance de importantes conquistas de Abril. A sua intervenção na fase do desenvolvimento do processo revolucionário, e posteriormente na defesa das conquistas da revolução contra os ataques dos partidos da política de direita, é profundamente marcada pela valorização do papel da luta da classe operária, dos trabalhadores, da juventude e das massas populares.

Álvaro Cunhal foi um dos principais construtores de Abril. Num momento em que as conquistas de Abril estão a ter o maior ajuste de contas de sempre, em que os direitos dos trabalhadores, do povo e da juventude estão a ser brutalmente atacados, é cada vez mais necessário lembrar aqueles que lutaram até ao fim, e prestar-lhes a maior das homenagens: reforçar hoje a luta pela derrota destas políticas, construir a alternativa patriótica e de esquerda, colocar com a nossa luta os valores de Abril no futuro de Portugal!

A alegria de viver e de lutar...

No passado dia 6 de Março, foi pequeno o salão na Casa do Alentejo em Lisboa para acolher o mar de jovens que quis participar na iniciativa sob o lema “A alegria de viver e de lutar... Tomar Partido!” para celebrar o 92.º Aniversário do Partido Comunista Português e assinalar Centenário do nascimento de Álvaro Cunhal.

A presença de centenas de jovens permitiu uma vez mais demonstrar que o nosso Partido é o Partido da juventude, e que é no reforço da JCP que se reforça a luta dos jovens que querem para si um futuro mais justo, digno e adequado aos sonhos e aspirações de viver num país livre, solidário, fraterno, desenvolvido, próspero e de paz. Mas, como foi patente na intervenção do camarada Jerónimo de Sousa, mais do que lutar pelo futuro, os jovens lutam pelo presente! Pelos seus direitos que estão a ser diariamente atacados, por

uma Educação para todos, pelo direito ao trabalho com direitos, pelo acesso à habitação, à cultura, pela derrota de uma política que amarra os jovens à exploração e que lhes indica a emigração como única solução. É pelo presente e pelo futuro que lutamos, e esta iniciativa deu com certeza muita força a todos os que estiveram presentes.

Parte dos participantes neste encontro não é militante do Partido nem da JCP, mas quis estar presente porque integra a grande massa da juventude portuguesa que reconhece que são a JCP e o PCP que estão na linha da frente da defesa dos seus interesses, do povo e do país. Jovens que caminham lado a lado nas lutas e reivindicações por uma mudança de política, e sabem que podem contar com o Partido e a JCP para construir a alternativa justa e necessária para o país através de uma política patriótica e de esquerda.



O mote deste encontro foi inspirado na frase de Álvaro Cunhal, «A alegria de viver e lutar vem-nos da profunda convicção de que é justa, empolgante e invencível a causa porque lutamos», frase que reflecte e traduz as razões de ser militante e a forma de se estar no Partido e na JCP. Ali reunidos, os jovens presentes puderam assistir a um vídeo evocativo da vida do camarada Álvaro Cunhal, político revolucionário cuja figura marcou a história contemporânea portuguesa. Alguns dos presentes partilharam entre todos e com o Secretário-Geral do PCP, Jerónimo de Sousa, as suas

experiências pessoais e o que os levou a tornarem-se militantes da JCP e do Partido.

Naquele dia, como hoje e em todos os dias, não faltam razões para tomarmos Partido, para aderirmos à JCP, para optarmos por fazer parte do colectivo partidário que nos permite chegar para além de nós mesmos, na luta que é nossa e de todos pela transformação do sonho em vida, em defesa da construção de uma nova sociedade onde se trace o fim da exploração do homem pelo homem, no nosso projecto de democracia avançada, pela construção do socialismo, rumo ao comunismo.

ex-citações

Cavaco Silva continua a cumprir com as exigências de um professor e teoriza sobre a crise. Depois ensina aos portugueses como deve proceder um Presidente da República em tempos e crise... Porque há muitos no país...

“O Presidente da República tem desempenhado um mandato ao nível das exigências que o país vive”

Pedro Passos Coelho, Primeiro-Ministro
28/Março/2013, *Jornal de Negócios*

Pois... mas só na Guiné é que o Governo é tão respeitador da Constituição e das instituições? Cá prefere pressionar o Tribunal Constitucional, desrespeitar as suas decisões e até fala em subverter a Constituição.

“Nós dizemos tolerância zero com golpes de Estado que alteram a ordem constitucional, tolerância zero com a interrupção de processos eleitorais - o povo da Guiné tem todo o direito a expressar a sua posição e a escolher os seus dirigentes”

Paulo Portas, Ministro dos Negócios Estrangeiros
18/Abril/2012

Nem o senhor conta a verdade sobre campanhas promocionais do Pingo Doce.

“(...) estamos a ser geridos num processo puro de falência e ainda não nos contaram a verdade toda”

Pedro Soares dos Santos, CEO Jerónimo Martins
28/Março/2013, *Visão*

O Imperialismo impaciente... não fiquem assim: a resposta da luta dos trabalhadores, dos povos e da juventude virá mais cedo que tarde!

[Angela Merkel terá alertado o Chipre] “para não colocar à prova a paciência da troika”

Angela Merkel, Chanceler da Alemanha
22/Março/2013, *Agência Efe*

Depois dos avanços e recuos do Eurogrupo fica sempre a dúvida...

“Chipre é e continuará a ser um caso único e especial”

Wolfgang Schäube, nMinistro das Finanças alemão
30/Março/2013, *Bild*



"...agora ninguém mais cerra as portas que Abril abriu!"

As Portas que Abril Abriu, José Carlos Ary dos Santos



adere à JCP!

NOME _____

ESCOLA / EMPRESA _____

TELEMÓVEL _____ E-MAIL _____